

Eduardo Prado e Adolfo Caminha: Os Estados Unidos pelo crivo de um monarquista e de um republicano

Adriano de Paula Rabelo¹

Resumo: O fim do Império e o advento da República no Brasil, em 1889, geraram intenso debate sobre qual regime seria o mais adequado para o país, que a partir de então seguia o modelo americano de organização política. Entre os intelectuais que não somente participaram dessas discussões, mas produziram livros sobre assunto, destacam-se Eduardo Prado e Adolfo Caminha. Suas ideias, tais como expostas nessas obras, contrastam radicalmente. O ponto nodal de suas divergências é a organização e a atuação dos Estados Unidos, que naquele momento já despontavam como a nação que se realizaria como a superpotência imperialista do século XX. Este artigo focaliza a argumentação dos dois autores, que pensavam num projeto de futuro para o Brasil.

Palavras-chave: Brasil. Estados Unidos. Monarquia. República.

Abstract: The end of the imperial system and the raise of republican one in Brazil in 1889 aroused an intense debate on what régime would be more appropriate for the young nation that then had just chosen to follow the American model for its political organization. Among the intellectuals who not only took part in those discussions but wrote books on this subject are Eduardo Prado and Adolfo Caminha. Their conceptions such as presented on these books are radically opposed. The core of their divergences is the organization and also the role of the United States, a country that was immersing at that time as the huge imperialist power it would become in the twentieth century. This article focuses on the arguments of Prado and Caminha, authors who were thinking on a project for the future Brazil.

Keywords: Brazil. United States. Monarchy. Republic.

Recebido em: 19/12/2019
Aprovado em: 15/03/2020

¹ Titulação: Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor em História pela mesma universidade. E-mail: aprabelo@hotmail.com

1. O advento de uma potência referencial para o Brasil

Os Estados Unidos começam a despontar como grande potência no concerto das nações após sua consolidação territorial, política e econômica no período posterior à Guerra Civil, quando se decidiu a questão da unidade nacional pelo fortalecimento da União. A vitória do Norte urbano e industrial sobre o Sul agrário e escravista estabeleceu as condições para que o país viesse a se tornar, em pouco tempo, uma potência imperialista, o que irá se consolidar muito especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No que tange às relações daquele país com a América Latina, desde sua independência da Inglaterra houve diversas reafirmações de seu posicionamento contra o colonialismo europeu no continente americano. Já Thomas Jefferson, o principal redator da Declaração de Independência dos Estados Unidos, terceiro presidente do país e precursor da ideologia conhecida como “excepcionalismo americano”, afirmava, numa carta de 1813 a Alexander von Humboldt, que “a América tem um hemisfério para si mesma”. Mais tarde, George Washington diria, em seu discurso de despedida como presidente, em setembro de 1796, que “a Europa tem um conjunto de interesses elementares sem relação com os nossos ou senão muito remotamente”. Poucas décadas depois, esse pensamento se concretizou definitivamente numa política de Estado através da chamada Doutrina Monroe, exposta numa mensagem do presidente James Monroe ao Congresso americano em dezembro de 1823. Fundamentalmente essa doutrina representava uma advertência às potências europeias, em especial à Santa Aliança e Inglaterra, de que elas deviam “deixar a América para os americanos”, já que a influência dos europeus seria “perigosa para nossa paz e segurança”. Em realidade, naquele momento, o efeito da Doutrina Monroe foi muito mais moral que efetivamente político, já que tanto a capacidade militar quanto os interesses econômicos dos Estados Unidos iam somente até o Caribe. De todo modo, essa doutrina foi utilizada pela Inglaterra pós-Revolução Industrial para impedir os planos de recolonização da América, além de ter sido utilizada para que os Estados Unidos ampliassem e consolidassem suas fronteiras rumo ao Oeste, até atingir o Oceano Pacífico, usurpando territórios indígenas e mexicanos. Aos poucos ela foi criando uma esfera de influência até atingir seu corolário no

início do século XX, com o presidente Theodore Roosevelt, que preconizava para os Estados Unidos o papel de polícia internacional no hemisfério ocidental. Sua ideologia ficou conhecida como *Big Stick* a propósito de um provérbio africano utilizado por Roosevelt na Feira de Minnesota de 1901, que dizia: “Fale com suavidade e leve na mão um grande porrete que você vai longe”. Tal pensamento resumia a política exterior que os Estados Unidos assumiriam desde então. De acordo com essa concepção, aquele país não somente tinha o direito de se opor às ações das potências europeias no Ocidente, mas também de intervir econômica e militarmente em assuntos internos de seus vizinhos americanos, caso eles se mostrassem incapazes de manter a paz e a soberania por si mesmos. Tal ideologia foi utilizada muitas vezes para justificar intervenções violentas e humilhantes em países América Latina, que passavam a ser vistos pelos americanos como vassalos dos Estados Unidos.

Entre a intelectualidade brasileira, desde o final do século XIX, quando aquele país se fortalecia como grande potência mundial a se consolidar ao longo do século XX, ele foi tomado ora como modelo, ora como antimodelo para o Brasil. É o que mostram os argumentos levantados por Eduardo Prado, em seu livro *A ilusão americana*, e por Adolfo Caminha, em *No país dos ianques*, obras que serão confrontadas neste artigo.

2. Eduardo Prado e a desilusão de um monarquista

A ilusão americana, livro de Eduardo Prado publicado em 1893, é o mais conhecido libelo antiamericano já escrito no Brasil. Apesar de o autor haver viajado aos Estados Unidos em duas ocasiões, tendo tido estadias curtas, o livro não resulta de suas experiências no país, mas constitui uma análise e uma condenação da política externa americana, cuja voragem imperialista o escritor paulista soube identificar em seu nascedouro. Apesar de não constituir um relato de viagem *stricto sensu*, é importante focalizar *A Ilusão Americana* neste estudo, muito especialmente por seu contraste radical com o livro de Adolfo Caminha, a ser analisado a seguir, ambos surgidos no contexto do fim do Império e do advento da República no Brasil.

Eduardo Prado pertencia a uma das famílias mais tradicionais e mais ricas de São Paulo. Aristocrático, ele encarnava bem uma *persona* que marcou a vida social nos salões do século XIX: o dândi cosmopolita, de costumes refinados, elegante, afrancesado, viajado, perdulário e meio *blasé*. Diz-se inclusive que seu amigo Eça de Queirós teria se inspirado nele para criar o personagem Jacinto de Tormes, protagonista do romance *A cidade e as serras*.

Muito ligado à Europa, especialmente à França e a Paris, onde passava grande parte do ano, Prado, como muitos intelectuais latino-americanos da época, via a Europa como o berço e a sede da cultura ocidental, portadora de verdades universais e definitivas, centro da vida civilizada, ao passo que os Estados Unidos seriam a terra da transitoriedade, da superficialidade, do inacabado, de certa grosseria de costumes e do improvisado. Faltaria aos americanos, a seu ver, o lastro dos séculos que modelaram os países hegemônicos da Europa, onde um membro da elite paulistana como ele se sentiria recompensado dos atrasos de um país jovem e de tradição escravocrata como o Brasil.

Por ocasião de sua segunda viagem à América do Norte, estando de passagem por Chicago e San Francisco, a caminho do Oriente, Prado escreve em suas cartas:

Estou na realidade extenuado com a viagem e ansioso para ver-me livre deste país que é uma fomalha e onde, para abrir-se a boca, paga-se um dólar e outro para fechar-se. Decididamente o mundo é Paris.

Não imagina como estou aborrecido dos Estados Unidos. Decididamente, do mundo, a Europa, da Europa, a França, da França, Paris e de Paris, o perímetro do *pavê du bois*. Isto pensava eu ontem quando era horrivelmente sacudido num péssimo carro sobre a detestável calçada de São Francisco. (PRADO *apud* MOTTA FILHO, 1967, pp. 211-2)

Não somente esse europeísmo do autor, mas principalmente o seu monarquismo radical será o motivo para a composição de *A ilusão americana*, obra que deve ser lida tendo em vista a conjuntura política brasileira e internacional da década de 1890.

O livro de Eduardo Prado surge como fruto do debate travado no Brasil logo após a queda da monarquia e a instauração do regime republicano em 1889. Esse debate opunha os monarquistas, em geral gente da elite agrário-exportadora, que viam na Inglaterra um modelo de estabilidade política e institucional a ser copiado, aos republicanos, que se identificavam com os Estados Unidos, nação jovem como Brasil mas que se mostrava em rápido processo de desenvolvimento logo após sua independência e a resolução de seus problemas de unidade com o fim da Guerra Civil.

Como se sabe, a formação das instituições republicanas no Brasil foi profundamente influenciada pelo sistema político americano. De imediato, o nome oficial do país passou a ser Estados Unidos do Brasil. A primeira bandeira brasileira após a Proclamação da República tinha listras verdes e amarelas e um retângulo estrelado no canto superior, à esquerda, numa óbvia adaptação da bandeira americana. A constituição brasileira copiou em grande parte a daquele país, estabelecendo o presidencialismo, o sistema federativo, a divisão dos três poderes e o parlamento bicameral. O monarquista Eduardo Prado considerava que esse “furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América” (PRADO, 1961, p. 24).

Para o rebento de uma família de fazendeiros enriquecidos com a produção de café, um aristocrata de mentalidade oligárquica, apaixonado pela cultura francesa e pela política inglesa como tantos membros da elite brasileira do século XIX, o modelo americano representaria o fim da estrutura semifeudal que mantinha seus privilégios, pois seria instaurado um modo de vida em sintonia com os parâmetros burgueses, baseado no capitalismo industrial e financeiro. Industriais e banqueiros adquiririam proeminência e assumiriam o poder.

Não causa surpresa o fato de Eduardo Prado ver uma completa incompatibilidade entre a formação brasileira e a americana, pois, como ele ressalta, teríamos provindo de uma tradição monárquica de longa data. Além disso, a apregoada amizade americana seria, a seu ver, uma falácia. Logo nos primeiros parágrafos de seu livro, o escritor já ataca essas questões:

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados não só pela índole e pela língua como pela história e pelas tradições do nosso povo. (...) Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de ser imãs? Em plena Europa monárquica não existem a França e a Suíça republicanas? Que fraternidade há entre a França e a Alemanha, entre a Rússia e a Áustria, entre a Dinamarca e a Prússia? Não pertencem estas nações ao mesmo continente, não são próximas vizinhas, e deixam porventura de ser inimigas figadais? (...) A fraternidade é uma mentira. (*Id.*, p. 8)

A propósito, a “ilusão americana” a que se refere o título seria justamente a crença, por parte dos republicanos que comandavam o governo militar de cunho ditatorial então vigente no país, na amizade e nas boas intenções dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Tal amizade, que seria alardeada unilateralmente pelos brasileiros, seria “nula quando não é interesseira” (*id.*, p. 72). Por outro lado, Prado acreditava que poderíamos obter benefícios se nos aproximássemos mais da Inglaterra e copiássemos suas instituições, já que o imperialismo britânico seria muito mais esclarecido, mais poderoso e mais compreensivo. Além disso, havia um enorme volume de capital inglês investido no Brasil, o que, a seu ver, exprimia a confiança daquele país em nossas potencialidades.

Eduardo Prado via o sistema republicano como responsável pela fragmentação, a instabilidade e a pobreza da América hispânica, pois nele tudo seria transitório e não se levaria a cabo projetos de longo prazo, já que o poder teria de ser transferido em um tempo muito curto. Ademais, haveria na República, a seu ver, larga margem para a corrupção. Se o processo histórico dos Estados Unidos havia resultado naturalmente na República presidencialista, esta não era, para o escritor, algo compatível com o processo histórico brasileiro. Pior ainda, ela era uma cópia do sistema de um país que naquele momento representava, para Prado, uma real ameaça ao Brasil, já que nos anos 90 do século XIX os Estados Unidos estavam em franco processo de expansão política e militar pela América Latina. O México e a América Central, principalmente, vinham sendo flagelados com seguidas intervenções militares daquele país. E a América

Latina como um todo vinha sendo achacada pela nova potência, que destronava a Inglaterra como metrópole imperialista mais influente na América, que agora seria “para os americanos” do norte. O escritor relaciona muitos episódios truculentos para ilustrar como se processavam as relações de “amizade” entre os Estados Unidos e a América Latina. Quanto ao Brasil especificamente, um acontecimento em especial mostraria de forma clara a verdadeira natureza das intenções americanas no país: a participação de fuzileiros navais americanos durante a Revolta da Armada, movimento de restauração da Monarquia brasileira desencadeado por algumas unidades da Marinha contra o governo do Marechal Floriano Peixoto em dois momentos, entre os anos de 1891 e 1894. Os revoltosos, em certo momento, promoveram um bloqueio militar à cidade do Rio de Janeiro, impedindo que navios estrangeiros descarregassem mercadorias no porto da então capital do país. Esse bloqueio foi rompido por uma esquadra americana, enviada à costa brasileira após negociações diplomáticas do governo de Floriano Peixoto com os Estados Unidos. Essa intervenção, que foi decisiva para a derrota dos marinheiros revoltosos, havia indignado o monarquista Eduardo Prado, que via no episódio uma vergonhosa subversão da soberania nacional.

A questão da escravatura seria um ponto em que a resolução monárquica e a republicana teriam sido radicalmente distintas. O Brasil teria acabado com aquela instituição, instaurando o trabalho livre, de forma pacífica e conciliatória. Já os Estados Unidos tiveram de promover uma sangrenta guerra civil para conseguir o mesmo. Além disso, aquele país teria tido grande influência na permanência do sistema escravista no Brasil por muitos anos, já que navios americanos continuaram por muito tempo traficando escravos africanos e desembarcando-os clandestinamente em nosso litoral durante muitos anos, mesmo com as pressões da Inglaterra para a completa supressão da navegação negreira.

De todo modo, segundo Eduardo Prado, a opção pela República representaria uma renúncia a nós mesmos, a nossas idiossincrasias e nossas tradições pela imposição de uma fórmula alienígena de governo e de organização da sociedade. A fascinação acrítica pelo país do norte seria, em sua concepção, uma atitude plebeia que teria graves consequências a partir do momento em que começávamos a copiar as instituições americanas:

No Brasil aconteceu o mesmo com a ideia funestíssima de copiar os Estados Unidos nas suas leis políticas. Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa. Imagine-se um indivíduo qualquer que, admirando uma tela de Velásquez, deseje pintar como ele. De que servirá ter a tela, os pincéis, a palheta e as tintas perfeitamente iguais, em matéria-prima, tamanho e dosagem às do pintor espanhol? Debalde arranjará as tintas e esforçar-se-á para pintar como Velásquez. Terá tudo quanto tinha Velásquez, menos o gênio, e mesmo tendo gênio, será outro gênio e não o gênio de Velásquez. Assim, os países sul-americanos querem ser ricos e prósperos como os Estados Unidos, e pensam que conseguirão isto copiando artigos da constituição norte-americana. E como é muito da natureza humana imitar mais facilmente os vícios que as virtudes, a imitação das práticas corruptas da administração americana é coisa muito natural. “Nos Estados Unidos rouba-se muito”, pensa o empregado público sul-americano: “e, apesar disso, são um grande país; ora, por que também não será grande o meu país, apesar de eu roubar e dos meus colegas roubarem?” Este raciocínio apresenta-se forçadamente à fragilidade do funcionário, a tentação fortalece-se e... o resto temos visto. Não há salteio à propriedade que não encontre escusa no fato de ser esse salteio muito comum nos Estados Unidos. Essa é a influência deletéria que os Estados Unidos exercem na América. Os vícios dos grandes corrompem os pequenos, e o mau exemplo dos poderosos é a perdição dos humildes.

A civilização norte-americana pode deslumbrar as naturezas inferiores que não passam da concepção materialística da vida. A civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral. O verdadeiro termômetro da civilização de um povo é o respeito que ele tem pela vida humana e pela liberdade. (*Id.*, p. 68)

Não bastasse tal descalabro no âmbito interno, no externo o escritor considerava que os Estados Unidos pretendiam se expandir ao máximo pelo continente, transformando-o por inteiro em seu protetorado, intervindo nele e rapinando-o conforme suas conveniências, já que seu poderio militar lhe proporcionaria isso. E a história recente demonstraria que aquele país vinha dispensando à América Latina apenas arrogância e desprezo. Assim, na visão de Eduardo Prado, o que se podia esperar do sistema político recém-implantado no Brasil senão a nossa submissão aos interesses da nova potência imperialista, bem como a completa degeneração da sociedade brasileira na corrupção e no atraso?

A ilusão americana foi publicado num momento de grande instabilidade política no Brasil, quando a República ainda lutava por se estabelecer, sofrendo forte resistência das classes privilegiadas durante o regime monárquico, que agiam diretamente ou manipulando

estratos populares para conseguirem restaurar as velhas estruturas, que não mais se adequavam a um mundo em que a burguesia industrial e financeira ascendia ao poder. Justamente em 1893, ano da publicação do livro, três movimentos revoltosos identificados ou semi-identificados com a restauração da monarquia iriam sacudir o país em três lugares muito representativos: a Revolta da Armada, na capital; a Revolução Federalista, no Sul; e a Guerra de Canudos, no Sertão. O governo republicano despendia grandes capitais na repressão a esses movimentos, empenhando o exército e todo o aparato repressivo para sufocá-los. Nesse contexto, tão logo foi lançada uma obra de conteúdo antirrepublicano e antiamericano tão radical, ela foi proibida e recolhida, ainda mais pelo fato de o governo militar do período ter nos Estados Unidos seu principal aliado para conseguir se firmar e levar a cabo uma reestruturação do país, cuja oligarquia que o dominava iria mudar ligeiramente de cara, permanecendo até hoje com as devidas adaptações temporais.

No mesmo dia do lançamento, a polícia paulista percorreu as livrarias para apreender todos os volumes do livro postos à venda, e aqueles que ainda estavam estocados na gráfica foram recolhidos. Saiu-se à cata mesmo dos exemplares que já haviam sido vendidos. Conta-se que o jornalista Gomes Cardim lia *A ilusão americana* num bonde, tendo sido detido e levado à polícia por causa disso. E algo semelhante aconteceu a um senhor de cujas mãos o livro foi arrancado por um policial. Eduardo Prado, por sua vez, teve de fugir da capital paulista às pressas, para não ser preso, atravessando o sertão a cavalo, recebendo a proteção de amigos de sua família e chegando até o litoral da Bahia, de onde embarcou para Londres. Em 1894, ainda na Inglaterra, ele publicou uma segunda edição do livro.

A ilusão americana, apesar dos excessos de panfletarismo do autor, bem como de sua mentalidade colonial europeísta, atravessou o século XX e chegou até nós sendo lido com grande interesse a cada nova geração. Isso não apenas por ser muito bem escrito, com várias passagens empolgantes de paixão e convicção política, mas também pelo vasto histórico de intervenções dos Estados Unidos na América Latina pelo século XX adentro. Para ele, os americanos seriam “mais egoístas e prepotentes em suas práticas do que as monarquias europeias” (*id.*, p. 21). Eduardo Prado, como já se disse, soube identificar, em seu estágio

inicial, o surgimento da nação imperialista que se tornaria, dali a alguns decênios, a mais poderosa do mundo e que nos colocaria em sua órbita como país dependente e espoliado.

3. Adolfo Caminha e a panaceia republicana

Em 1886, o romancista cearense Adolfo Caminha, que trabalhava como militar de baixa patente na Marinha brasileira, fez uma viagem de instrução aos Estados Unidos, permanecendo naquele país por aproximadamente um semestre. Participando inicialmente da Exposição Internacional de Nova Orleans, Caminha visita em seguida, na companhia de seus colegas do cruzador Almirante Barroso, as cidades de Nova York, Baltimore, Filadélfia, Anápolis, West Point e Newport. Como resultado dessa viagem, o escritor publica, em 1894, *No país dos ianques*. Composto por capítulos curtos, em estilo cronístico e bastante ligeiro, o livro é muito descritivo da paisagem e dos costumes americanos, quase nunca se detendo numa tentativa de mais aprofundada de análise e crítica.

Se Eduardo Prado era o aristocrata paulistano desiludido com os rumos tomados pelo país após o advento da República, Adolfo Caminha é o homem de baixa extração social, oriundo do sertão nordestino e que conseguiu ascender aos estratos médios da sociedade brasileira por meio da carreira militar, que havia adquirido prestígio com o novo regime. Assim, em sua formação ele não somente receberá doutrinação republicana como, ao visitar os Estados Unidos, república que serviu de modelo para a constituição da nossa, sua reação será de deslumbramento.

Dois aspectos se destacam de imediato na postura de Caminha em *No país dos ianques*: seu espírito naturalista e seu republicanismo. Seu naturalismo, que posteriormente se refletirá em seus romances, está marcado na constante reverência a homens de ciência europeus do século XIX, tais como Taine, Humboldt e Agassiz, no racismo cientificista e determinista em voga da época, além da forma como o autor constrói suas descrições. Por exemplo, ao comparar a condição das mulheres americanas com a das brasileiras na época, ele escreve:

De vitrina em vitrina, observando sempre, escrupulosamente, curiosamente, à cata de novidades estrangeiras, posso afirmar que nada vi, surpreendente... Ah! sim, vi umas graciosas caixeiras acudirem pressurosas e desenvoltas, com o desembaraço próprio de sua raça, aos compradores, coisa aliás muito simples, muitíssimo natural, mas não no Brasil, onde as senhoras estão eternamente proibidas de competir com o outro sexo na vida pública. (...) Os pais [americanos] depositam confiança ilimitada nas filhas. Deixam, sem escrúpulo, que elas saiam a passeio, de carro ou a pé, só ou em companhia de um amigo da casa, na certeza de que elas saberão zelar a sua castidade. Os raptos e os defloramentos são raros, não sei se devido ao temperamento da raça ou se à inflexibilidade da Lei. (CAMINHA, 1894, p. 46)

Já seu racismo se explicita sempre que trata dos negros ou registra suas impressões acerca de lugares onde eles se destacam, tal como na cidade de Annapolis:

Annapolis é como uma nota dissonante na civilização americana. Imagine-se um quilombo africano, uma grande aldeia cortada de ruas desiguais, estreitas e desalinhas, com um aspecto sombrio e detestável de velho burgo colonial, onde se move uma população na maior parte negra e atrasadíssima – e ter-se-á essa antítese da cidade moderna. Bridgetown, a capital de Barbados, avanta-se-lhe mil vezes com toda sua poeira, com toda a imprudência e miséria de sua baixa população.

Vê-se que os americanos têm-lhe certo respeito e conservam-na esquecida e retrógrada por uma espécie de devoção arqueológica, sacrificando por esse modo o seu bom gosto característico e o seu tradicional amor ao progresso.

Insípida, monótona e triste como um cemitério de pagãos – Annapolis é um protesto, um anátema contra a evolução natural das coisas, uma nódoa antipática em pleno mapa da Confederação americana. (*Id.*, p. 83)

Republicano e abolicionista radical nos anos finais do Império e nos estertores do sistema escravocrata no Brasil, Caminha chegou a pronunciar um escandaloso discurso durante uma visita de D. Pedro II e Victor Hugo à Escola da Marinha em 1884. Com tais concepções – tendo se formado nos cânones positivistas que então predominavam nas escolas militares brasileiras –, quando o escritor viaja à América do Norte naturalmente vem a identificar o progresso dos Estados Unidos com o sistema republicano lá instaurado desde a independência da Inglaterra, complementado pela abolição da escravatura desde o final da

Guerra Civil. Fascinado pelo país, chega proclamar que se não fosse brasileiro, desejaria ser americano. Os Estados Unidos são apresentados como modelo de país democrático e povo próspero a serem seguidos pelos brasileiros, presos, a seu ver, a estruturas arcaicas e estagnados em costumes anacrônicos:

E punha-me, nessa embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados Unidos, desse país-modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras, num abrir e fechar de olhos, sem a menor perda de tempo; vinham-me à imaginação escandecida as descobertas de Franklin, de Fulton e de Edison, as maravilhosas experiências sobre o telégrafo, sobre o telefone e sobre o fonógrafo, e eu repetia com os meus botões, mergulhando o olhar na distância, abarcando a cidade inteira: – Grande país! Grande povo, gente feliz, que sabe compreender a vida e amar a pátria!

Como era pequeno o meu país, com toda a grandeza de suas montanhas e de seus rios, diante do colosso americano do norte!

Caía-me na alma uma tristeza de desterrado, uma profunda e incompreensível melancolia, feita ao mesmo tempo de saudade e descrença...

Incansáveis os americanos! Nenhum povo os excede em temeridade e perseverança. Sequiosos de glórias para o seu país, ávidos de empreendimentos que causem assombro ao mundo, eles têm uma grande qualidade – o amor à sua terra, o nativismo instintivo, o *chauvinismo* (deixem passar o termo) incondicional, absoluto, e é força confessar que, sem essa qualidade, sem esse egoísmo patriótico, as nações vivem, mas não progredem. (*Id.*, p. 74, grifo do autor)

Claramente influenciado pela radicalidade dos embates ideológicos da época, suscitados pela iminente mudança de sistema político e modo de organização econômica no Brasil, além de se originar da baixa classe média nordestina e ter formação militar nos decênios finais do século XIX, Adolfo Caminha apresenta todo um *background* que contribui para a visão superficial, idealizada e deslumbrada dos Estados Unidos em seu livro. No entanto, isso não ameniza a sua ausência de um posicionamento crítico sobre os dois países, o que possibilitaria uma análise e uma avaliação dos aspectos positivos e negativos de cada um.

No país dos ianques inaugura uma tendência e uma postura que serão bastante recorrentes na produção interpretativa do Brasil ao longo do século XX: a tomada dos

Estados Unidos como grande referência para pensar nossos problemas e o balanço profundamente desvantajoso para o nosso lado, muitas vezes descambando para a autodepreciação e certo complexo de inferioridade.

4. Desenvolvimentos no século XX

Como não poderia deixar de ser, nos anos finais do século XIX, os posicionamentos acerca do melhor regime político para o Brasil foram muito polarizados e radicais. Os livros de Eduardo Prado e Adolfo Caminha representam bem os argumentos levantados na época em torno de uma ou outra tendência ideológica. Naturalmente sua classe social, suas experiências de vida, seus lugares de origem, sua formação intelectual e as atividades que exerciam determinaram em grande parte o ideário de cada um. A visão dos Estados Unidos como inevitável referência para o Brasil, fulcro dos dois livros aqui focalizados, terá vida longa nos estudos sociais brasileiros ao longo do século XX. E outros importantes escritores brasileiros que tiveram experiências de viagens à América do Norte escreverão livros que retomarão essa discussão, tais como Monteiro Lobato com *América* (1932), Erico Verissimo com *Gato preto em campo de neve* (1941) e *A volta do gato preto* (1946), Fernando Sabino com *A cidade vazia* (1950), Alceu Amoroso Lima com *A realidade americana* (1954) e Henfil com *Diário de um cucaracha* (1976). Percebe-se em tais obras um amadurecimento da discussão, com tais autores escrevendo textos mais equilibrados e com um senso crítico mais aguçado. Mas isso é assunto para outro trabalho.

Referências bibliográficas

ADAMS, Percy G. *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1983.

_____ (ed.). *Travel literature through the ages: an anthology*. Nova York: Garland, 1988.

ARBEX JR., José. *A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos*. São Paulo: Moderna, 1995.

BERTY, Valéry. *Litterature et voyage: un essai de typologie narrative*. Paris: Harmattan, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Pedro. *Estados Unidos: de leste a oeste - Páginas de Viagem*. Rio de Janeiro: A Noite, 1942.

CAMINHA, Adolfo. *No país dos ianques*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

CARVALHO, Ronald de. *Itinerários: Antilhas, Estados Unidos, México*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Considerações sobre o Americanismo”. In: *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.

- LIMA, L.C. “O transtorno da viagem”. in: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Ed. UNICAMP/Fund. Casa de Rui Barbosa, s/d, pp. 41-74.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: UNESP, 2001.
- MELLO, Antônio da Silva. *Estados Unidos: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- MENDONÇA, Anna Amélia de Queiroz Carneiro. *Dois meses entre os americanos*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História* (10), 1993, pp. 7-28.
- OBOLER, Suzanne. “‘Etnicidades no exílio’, identidades cindidas: a literatura latina dos Estados Unidos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 10. São Paulo: ANPOCS, outubro de 1995, pp. 85-101.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. ORLANDI, Eni. *Discurso Fundador: A Formação e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- POLITI, S. M.. *Algumas realidades americanas vistas através de uma viagem*. São Paulo: s/e, 1954.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRATT, Mary Louise. *Travel writing and transculturation*. London/ New York: Routledge, 1992.
- _____. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SANMARTIN, Olyntho. *Terras da América: cem dias de viagem*. Porto Alegre: Globo, 1934.
- SANTIAGO, Silviano. “Brasil/Estados Unidos: Relações Culturais de Dependência”. *Revista de Cultura Vozes*, ano 70, vol. LXX, nov. 1976.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma Identidade Mestiça e Malandra”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 10. São Paulo: ANPOCS, outubro de 1995, pp. 49-63.
- SEIXO, Maria Alzira. *A Viagem na Literatura*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- SHIRTS, Matthew. *O Jetinho Americano: 99 Crônicas*. São Paulo: Realejo, 2010.
- SOUZA, Jessé. *O malandro e o protestante: A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe Daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- THEODOR, Erwin. *Viagem pela América do Norte*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- TODOROV, Tzvetan. “A viagem e seu relato”. In: *Revista de Letras da UNESP*. São Paulo, v. 39, nº 1, 1999, p. 13-24.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.